

INFORMATIVO - POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

Edição nº 019 - 26 de Julho de 2012

A Crise de Identidade no Mercosul

O Mercosul parece viver uma crise de identidade ao dar demonstrações de incertezas sobre até que ponto há interesse dos países membros em se constituir como bloco econômico. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai têm se desentendido em questões relacionadas a barreiras protecionistas e acordos comerciais, adotando medidas estranhas à união aduaneira, atual estágio de integração do bloco. O recente episódio da crise com o Paraguai e entrada da Venezuela no bloco pode ser considerado como um dos reflexos dessa crise.

A destituição do então presidente do Paraguai, Fernando Lugo, após o questionado *impeachment* relâmpago, com duração de 24h, desencadeou o processo que culminou com a aprovação do ingresso da Venezuela como membro pleno do Mercosul. O parlamento paraguaio era o único que não tinha aprovado a entrada da Venezuela no Mercosul, alegando dúvidas sobre a democracia no país. Com a suspensão do Paraguai, que tem caráter apenas político e diplomático, preservando-se os acordos comerciais, a adesão da Venezuela foi acordada entre os demais países e está prevista para ser assinada em 31 de julho, em Brasília.

É interessante notar certa contradição nesta situação. A mesma cláusula democrática, que estabelece o regime democrático como condição para algum país integrar o Mercosul, foi evocada tanto pelo Paraguai para barrar a entrada da Venezuela, quanto pelos demais membros para justificar a suspensão do país do bloco. Contudo, vale destacar que a Venezuela de Hugo Chávez não é unanimidade no cenário internacional em termos de requisitos democráticos.

A contradição na admissão da Venezuela põe essa questão ideológica em cheque e apresenta características de pragmatismo econômico, capitaneado pelos dois principais países do bloco. Neste sentido, é notável a declaração do ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Luiz Almagro, que disse que a sanção ao Paraguai e a inclusão da Venezuela foram impostas pelo governo brasileiro e argentino. Apesar de o governo brasileiro argumentar que a suspensão do Paraguai se relaciona com o entendimento de que há baixa tolerância para aventuras antidemocráticas na região, intensamente marcada pelos recentes regimes militares, a reação do Uruguai indica que houve um esforço para viabilizar a aprovação da Venezuela, que já era discutida desde o início da década.

Não obstante os aspectos políticos, o que se coloca em questão agora são os efeitos e possíveis benefícios com a entrada da Venezuela no Mercosul. Como membro pleno do bloco, a Venezuela terá poder de decisão sobre as negociações com os demais países do globo. Em um primeiro instante, a avaliação que decorre de tal fato é a dificuldade para uma negociação comercial do bloco com os Estados Unidos, haja vista os recorrentes conflitos protagonizados por Hugo Chávez, motivados por questões ideológicas. As dificuldades para uma negociação comercial com os americanos pode representar a diminuição da competitividade dos produtos exportados pelo bloco, face aos acordos bilaterais já existentes dos Estados Unidos com outros países da América.

Por outro lado, a entrada da Venezuela representa a possibilidade de comércio com um PIB de 340 bilhões de dólares, composto por 30 milhões de habitantes e que ocupa o quarto lugar na América do Sul. Para efeitos de comparação, o Paraguai possui um PIB de 22 bilhões de dólares, 15 vezes menor, e população de 15 milhões de habitantes. Além disso, chama a atenção as reservas petrolíferas da Venezuelana que estão entre as maiores do mundo.

O presidente Hugo Chávez já sinalizou que o governo venezuelano vai abrir um cadastro público às empresas do país que queiram investir em exportações para os países do Mercosul. Durante reunião com a delegação brasileira, foi anunciada uma relação de mais de 230 produtos venezuelanos que poderão ser exportados para o Brasil, pelo menos.

Mesmo com as ressalvas que devem ser feitas em relação à condução da política externa pelo presidente Hugo Chávez, marcada pela intransigência, o cenário político da Venezuela pode contribuir. Chávez, que está no poder desde 1998, enfrenta atualmente uma corrida eleitoral onde a oposição se mostra forte para o escrutínio presidencial de 07 de outubro. Ele tem ligeira vantagem, mas as pesquisas indicam que há um número considerável de eleitores indecisos.

Outro aspecto que deve ser considerado na análise custo-benefício é a possibilidade de um imbróglio jurídico com o retorno do Paraguai ao bloco, após a normalização da situação política do país, uma vez que a entrada da Venezuela não foi ratificada pelo parlamento paraguaio. Tal entrave pode ficar maior em vista da ameaça do presidente em exercício no Paraguai de realizar acordos comerciais com outros países, argumentando que a suspensão permite esta ação. Neste caso, o Paraguai pode representar uma porta de entrada de produtos estrangeiros na região, em especial da China.

Por fim, a especulação de que a União Europeia (UE) poderia interromper as negociações para um acordo com o Mercosul, tema caro ao Brasil, também é um dos efeitos relevantes da crise na região. Segundo declaração do deputado espanhol, Luis Yáñez-Barnu, as negociações somente deveriam ser retomadas após as eleições presidenciais do Paraguai, previstas para 21 de abril de 2013. No entanto, não há confirmação oficial da Comissão Europeia neste sentido.

Os reflexos da crise no Mercosul revelam as dificuldades para integração do bloco. Apesar de sua formação ter representado ganhos econômicos para seus integrantes, as recentes e sucessivas divergências entre eles trazem à tona a necessidade de reavaliação sobre os frutos e os limites desta integração. Os resultados do episódio envolvendo as sanções ao Paraguai e à entrada da Venezuela serão determinantes para avaliar os níveis de pragmatismo econômico no bloco e servirá de teste para o exercício da liderança regional do Brasil.

DESTAQUES

BRASIL REALIZA VISITA OFICIAL À CHINA

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, liderou uma comitiva brasileira à Pequim, na China. Na capital chinesa, Pimentel reuniu-se com o vice-primeiro-ministro da China, Wang Qishan, e com os ministros da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Zhang Ping, e da Indústria e Comércio chinês, Chen Deming.

Durante a visita oficial, o ministro brasileiro tratou sobre o Plano Decenal, que estabelece uma ação conjunta Brasil-China em projetos prioritários em áreas como investimentos, tecnologia e comércio para os próximos dez anos. Pimentel também tratou sobre temas como aviação regional e o minério de ferro, buscando reforçar a pauta das exportações brasileiras com a China.

OMC DISCUTE SOBRE CÂMBIO

O embaixador brasileiro na Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevedo, afirmou que o Brasil terá papel central nos debates acerca do disciplinamento da taxa de câmbio nas relações econômicas internacionais. A declaração ocorreu durante evento na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que discutiu os impactos do câmbio sobre o comércio internacional.

Segundo o embaixador, a questão foi exposta ao órgão pela representação brasileira e enfrenta resistência de outros países, especialmente os que são favorecidos economicamente pelo câmbio. De acordo com Azevedo, a expectativa é que a OMC promova a criação de mecanismos para disciplinar o desalinhamento cambial que gera distorções para a economia de diversos países.

CRISE QUASE ZERA SUPERÁVIT DO BRASIL COM A UNIÃO EUROPEIA

A crise na União Europeia fez com que os países do bloco buscassem maior inserção no mercado interno brasileiro, o que resultou em uma expressiva queda da importação dos produtos nacionais na zona do euro. Nos primeiros cinco meses do ano, os países da União Europeia aumentaram suas vendas ao Brasil em 13%, mas controlaram suas compras e importaram 5% menos produtos brasileiros.

Tais ações resultaram, no acumulado de janeiro a maio, em uma expressiva redução do saldo da balança comercial dos europeus com o Brasil que caiu de US\$ 3,4 bilhões de 2011 para apenas US\$ 80 milhões este ano, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

AUMENTO DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Segundo projeção realizada pelo Banco Central (BACEN), o ingresso de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) para o mês de julho será de US\$ 7 bilhões. Em junho, o ingresso de IED no país foi de US\$ 5,822 bilhões. Dessa forma, a expectativa do governo brasileiro é que os fluxos de investimento estrangeiro direto sejam suficientes para cobrir o déficit em conta corrente este ano.

OCDE AFIRMA QUE BRASIL TERÁ RETOMADA DO CRESCIMENTO NOS PRÓXIMOS MESES

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou, em seu relatório, que o Brasil será a única grande economia que apresentará retomada do crescimento nos próximos meses. De acordo com a OCDE, o Brasil será exceção em um cenário global de queda da atividade econômica.

Segundo a Organização, a Índia e a China passarão por um processo mais acentuado de desaceleração econômica. Entre os países desenvolvidos, os da União Europeia apresentarão maior sinal de fragilidade em relação à crise econômica e à retomada do crescimento. O relatório aponta ainda que Japão, Estados Unidos e Rússia continuarão a mostrar sinais de esgotamento da dinâmica de crescimento econômico, apesar de apresentarem perspectiva positiva acima da média geral dos países da OCDE.

GOVERNO ALEMÃO QUER INTENSIFICAR NEGOCIAÇÕES COM O BRASIL

O governo alemão, sentindo os efeitos da crise da zona do euro, tem explicitado o interesse de intensificar as relações comerciais com o Brasil. Durante o 30º Encontro Econômico Brasil-Alemanha, evento que anualmente reúne representantes da indústria e dos governos dos dois países, o ministro da Economia e Tecnologia da Alemanha, Philipp Rösler, reiterou o interesse alemão nas negociações com o governo brasileiro.

No entanto, as autoridades alemãs destacaram as medidas protecionistas do Brasil como um dos entraves a serem superados para o bom desenvolvimento da relação bilateral entre os dois países. No decorrer do encontro, a Alemanha enfatizou as dificuldades encontradas principalmente nos processos de licitação no Brasil para investimentos de peso, como o caso dos aeroportos. Por outro lado, o Brasil destacou as restrições da Europa na área agrícola, o que também tem dificultado as negociações.

FMI REDUZ PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO BRASIL PARA 2,5% EM 2012

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a estimativa para o crescimento do Brasil de 3,1% para 2,5% neste ano. As informações divulgadas no relatório Perspectiva Econômica Mundial completam o cenário de previsões negativas da economia, cuja estimativa oficial do governo brasileiro ainda é de crescimento de 4%, número considerado improvável pelo mercado que aponta para um PIB de 1,9%.

Para o mundo, o FMI manteve a estimativa de crescimento em 3,5% neste ano. Para 2013 reduziu de 4,1% para 3,9%. No Brasil a projeção indica crescimento para 4,6% em 2013. Contudo, a entidade alertou para perspectiva de queda caso as autoridades na Europa não ajam com força suficiente e acelerarem as ações para mitigar a crise da dívida da região.

RADAR LEGISLATIVO

PLANO BRASIL MAIOR

Nos dois últimos dias antes do recesso constitucional do Congresso Nacional (18 a 31 de julho), o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou duas medidas provisórias que fazem parte do Plano Brasil Maior. O governo tentava votar a matéria desde o início do mês de julho. Entretanto, devido à obstrução da oposição e do PR, insatisfeitos com o repasse das emendas parlamentares, as votações somente foram viabilizadas após constantes negociações. Em agosto, as matérias deverão ser apreciadas pelo Plenário do Senado Federal, que provavelmente deverá aprová-las sem alterações do texto recebido da Câmara dos Deputados.

As principais propostas dos textos são:

- retira do arroz e da farinha de trigo importados o benefício de alíquota zero de PIS/Pasep e da Cofins;
- suspende o PIS/Pasep e a Cofins na venda de matéria-prima de origem vegetal para produção de biodiesel e concede crédito presumido de 50% desses tributos para os compradores dessa matéria-prima;
- concessão de alíquota zero do PIS/Pasep e da Cofins para a água mineral, os smartphone e os roteadores produzidos no Brasil;
- restabelece o direito do agronegócio de apurar crédito presumido do PIS/Pasep e da Cofins em relação insumos e matérias-primas sobre os quais esses tributos não incidem;
- retira a responsabilidade objetiva e solidária do consulente sobre dados de outras pessoas consultadas por ele no cadastro positivo;
- reduz de 70% para 50% da receita bruta total o mínimo de vendas ao exterior para que empresas exportadoras possam contar com benefícios tributários destinados ao setor;
- inclui os serviços de armazenagem, proteção ambiental e sistemas de segurança e apoio entre aqueles que podem ser beneficiados com máquinas e equipamentos comprados com suspensão de tributos no âmbito do Reporto;
- além dos operadores ou concessionários de portos, poderão se beneficiar do Reporto as empresas que operam com embarcações de offshore (navios de apoio, por exemplo);
- considera a falsificação de selo de controle tributário do cigarro motivo para o cancelamento do registro especial do fabricante se ele houver concorrido para o crime e impede a concessão de novo registro por cinco anos em todos os casos de cancelamento;
- obriga o importador a destruir mercadoria cuja importação não tenha sido autorizada por descumprimento de normas relacionadas ao meio ambiente, à saúde, à segurança pública ou a controles sanitários, sob pena de pagamento de multa;
- permite que operadoras de telecomunicações compensem o pagamento da Taxa de Fiscalização (Fistel) com créditos acumulados pela realização de projetos considerados estratégicos pelo Executivo. Esses créditos podem ser utilizados até dezembro de 2018;
- cria um o REPNBL-Redes, regime especial de tributação para projetos de implantação ou ampliação de redes que suportem internet em banda larga. É a suspensão, até dezembro de 2016, do IPI, da Cofins e do PIS/Pasep incidentes nas vendas de serviços e de produtos, como máquinas, aparelhos, instrumentos e materiais de construção;
- ampliação das fontes de financiamento disponíveis para alguns setores da economia, impedindo que eles sejam atingidos pela crise internacional.
- permissão para que a União invista até R\$ 14 bilhões em um fundo para garantir o risco comercial de operações de crédito ao comércio exterior com prazo superior a dois anos; o risco comercial que possa afetar as operações das micro, pequenas e médias empresas em que o prazo da operação seja superior a 180 dias; e o risco político e extraordinário em operações de qualquer prazo.

AGENDAS

30/julho: **Reunião do Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentar e Agroindustrial do Cone Sul (PROCISUR)**, em Buenos Aires, na Argentina.

30/julho-05/Agosto: **Reunião Bilateral Brasil-China como State Intellectual Property Office (SIPO)**, em Pequim e Xangai, na China.

13/agosto: **10ª Edição da Conferência internacional Brazil Energy and Power (BEP)**, em Houston, nos Estados Unidos.